



REVISTA  
Casa da

ISSN 1516-7712

**GEOGRAFIA**  
de Sobral

## **GEOGRAFIA, AMBIENTE E TERRITÓRIO\***

**Geography, environment and territory**

**Geografía, ambiente y territorio**

Dirce Maria Antunes Suertegaray\*\*

Bom dia, em primeiro lugar, quero agradecer os colegas da UVA pelo convite, a Isorlanda. Para que eu pudesse estar aqui foram várias mensagens trocadas entre nós, eu tentando dizer que minha vinda seria por um espaço muito breve de tempo e que considerava, de certa forma, um custo muito caro, para alguém vir do Rio Grande do Sul, chegar aqui e falar só uma hora ou uma hora e meia, mas, no vai e vem das mensagens, acabei sendo convencida em vir, e, como disse a Isorlanda, seria pra mim muito bom ter mais tempo para estar aqui com vocês, até porque não gosto de chegar e sair, gosto de ficar mais tempo, conhecer os lugares, as pessoas, isso é importante para nós, principalmente para mim, que sempre desejou conhecer o Brasil, e que parte do que conhece é graças às oportunidades que teve. Quando a gente sai de onde mora, e se desloca para outros lugares, é uma oportunidade de conhecer o território nacional, e eu faço isto com o maior prazer.

Eu sempre brinco com meus colegas que, antes de ir para o exterior, eu prefiro conhecer o interior do meu país, o Brasil profundo, que pouco se conhece, então vir a Sobral seria ótimo, se eu pudesse ficar mais tempo e com possibilidade de conhecer melhor essa região, especialmente o estado do Ceará que eu conheço muito pouco. Para dizer a verdade eu já estive em Sobral, a um tempo atrás, em 2005, vim para conhecer um experimento com a professora Marta Celina. Um experimento de desertificação, numa região aqui próxima denominada Irauçuba, então estive lá, mais foi assim, saímos de Fortaleza fomos até essa área, visitamos a área e voltamos, então praticamente não conheço Sobral.

\* Conferência da Professora Dirce Maria Antunes Suertegaray proferida na *XIX Semana do Meio Ambiente de Sobral e II Semana de Qualificações* do Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG-UVA), em 09/06/2015, no Centro de Ciências Humanas (CCH) da *Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)*, na cidade de Sobral-CE.

\*\* Doutora em Geografia pela *Universidade de São Paulo (USP)*. Professora titular da *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*.

Agradeço pela oportunidade, devo dizer que é um prazer estar aqui, eu espero que esse empenho que vocês tiveram em me trazer lá do outro extremo do Brasil para que eu fale para vocês, faça sentido. Preocupada com o sentido da fala, quando me foi solicitado um tema que era: falar um pouco da questão ambiental na América Latina, informei - não é um tema que eu trabalhe diretamente, mas sabem como é - depois que conversamos propus uma troca de tema para uma discussão mais teórica sobre a questão ambiental. Enfim, fiquei com problema de consciência, bom, aí eu disse: vou ver se consigo fazer um elo, mesmo no campo teórico, com as questões ambientais, ou seja, como elas vem sendo discutidas na América Latina, para ver se eu correspondo um pouco, talvez, as expectativas da organização do programa, então, mais uma vez muito obrigada.

Eu vou me levantar para vocês me acompanharem na apresentação, eu vou conversar com vocês, e eu já faço uma pergunta inicial, depois tem debate? (Sim) graças a “Deus”, então a proposta da fala de hoje é: “Geografia, ambiente e território”, como eu disse a ideia é falar do campo mais teórico, é uma discussão que venho fazendo agora, exatamente. Quando eu escolhi, no início da minha carreira em Geografia, trabalhar com a Geografia Física, com a Geomorfologia ou os estudos da natureza como eu prefiro, me deparo (estávamos nos anos 70) com o debate ambiental. Disso resultou, meu envolvimento com a questão ambiental, e isso me levou à discussão epistemológica. Hoje eu me preocupo em refletir sobre, como nós geógrafos devemos pensar ou trabalhar a dimensão ambiental na Geografia?

Então, para introduzir o tema, eu trago a seguinte questão. **Do meu ponto de vista eu vejo assim: nós geógrafos ou a Geografia, ela tem como uma das possibilidades analíticas trabalhar a questão ambiental, a dimensão ambiental**, eu não penso, não sou daquelas que defendem ou defenderam num tempo, inclusive os geógrafos da minha geração que a questão ambiental vinha salvar a Geografia a partir dos estudos da relação natureza versus sociedade, não acho que seja assim, **embora eu profissionalmente busque, e busquei sempre trabalhar com relação natureza e sociedade, eu não acho que essa seja a única possibilidade da Geografia, por isso eu digo que:** a questão ambiental é uma dimensão possível de você estudar na Geografia, mas não a única e não aquela que unifica exclusivamente, agora, se para Geografia a questão ambiental é uma das dimensões, eu penso também que para nós geógrafos é necessário que a gente pense de que ambiente estamos falando, por que digo isto? Porque é comum entre nós geógrafos e profissionais de outras áreas trabalhar com ambiente já pré-conceituado, ou seja, com um conceito de ambiente pré-definido, que nós nos apropriamos, por exemplo da Biologia, e acho que ambiente, essa concepção de ambiente para nós, não é satisfatória.

Então, vou fazer um contraponto entre a Ecologia e Geografia. Para deixar um pouco mais claro meu pensamento, no caso da Ecologia, o conceito de ambiente (deriva daí o conceito de ecossistema), em sua origem significa “a relação dos organismos com o meio” e quando a Biologia, na origem, e depois a Ecologia,

se refere à ambiente, ela se refere aos organismos vivos excluindo o homem! Era o período da chamada “ecologia natural” que é a base, a origem da Ecologia. É claro que depois, ao longo da história da Ecologia, a mesma incorpora a dimensão humana, e vai falar em “ecologia humana”, mas, ainda assim, é uma ecologia que pensa o humano como espécie natural: é o humano ou homem enquanto espécie, o predador da natureza.

Para muitos biólogos, o homem é um vírus na superfície da terra. Hoje já tem um debate bem mais significativo na Ecologia, no campo da ecologia política. Em nosso caso, a Geografia, desde os clássicos, é a ciência de interação homem-meio, e meio entre os geógrafos clássicos, para muitos deles, era entendido como entorno natural, então era a relação do homem com o meio, o que mais, contemporaneamente, passou a ser a relação Sociedade-Natureza.

A Geografia conseguia, quando se referia ao meio, à dimensão natural, introduzir o homem enquanto um sujeito social nessa relação. Trago, também, para a gente pensar um pouco, essa questão de meio e de ambiente. Meio ambiente, na Geografia, como eu disse, é um conceito que nos chega como o meio, e esse termo deriva da Biologia. A Geografia se apropria da Biologia que, por sua vez, se apropriou da Física, e meio na física newtoniana é “o espaço de transcurso ou espaço de relação”. A Ecologia vai se apropriar desse conceito, transformando-o em interação entre elementos, mas sempre concebido na perspectiva da natureza. Resumidamente, o termo meio vai evocar a relação do ser individual ou do ser coletivo com o seu entorno. Na Geografia deveríamos pensar, que entorno é esse do qual falamos? Mesmo hoje quer a gente viva numa zona rural, quer numa cidade, esse entorno é praticamente, se não totalmente, artificializado, ou seja, a natureza que nós vivemos hoje, ela já não é mais primeira natureza, ela é, falando numa perspectiva marxista, segunda natureza.

O professor Milton Santos (1997), vai falar, em sua obra, de “natureza artificializada”, e eu costumo usar o termo “natureza transfigurada”, por que essa relação sociedade-natureza, transfigura a natureza, ou seja, transforma a natureza em outra, mas claro que a sua dimensão de “natureza natural” está ainda presente.

No caso do ambiente, bem, ambiente é, também, uma relação do ser ou dos seres com seu entorno. Então, ambiente e meio, embora à discussão, são equivalentes. Digamos que de forma mais abstrata, meio e ambiente são semelhantes, ambos podem ser conceituados como a relação do ser ou dos seres com o seu entorno. Venho pensando, mais recentemente, que o ambiente como conceito deve, pelo menos para nós geógrafos - e depois eu vou mostrar que não só para nós geógrafos – levar em conta as duas dimensões fundantes da Geografia, não só a dimensão da natureza, mas sim a natureza e a sociedade e o resultado dessa produção conjunta. Cada vez mais a gente vê implicado, na questão ambiental, dimensões da cultura,

dimensões da natureza, dimensões da economia e da política, portanto uma construção social, vou tentar um pouco decifrar isso aí.

Ambiente do ponto de vista do geógrafo, seria conceituado de forma diferente do ambiente concebido pela Biologia ou Ecologia. E, se ambiente é relação dos seres e seu entorno, a gente tem uma articulação fundante entre sociedade, cultura e natureza em todas as nossas dimensões do viver.

No debate, com os colegas da cultura (Geografia Cultural), já que eles falam de cultura e eu de sociedade, assim me expresso: sociedades produzem culturas e do meu ponto de vista não são as culturas que promovem sociedades! É difícil dizer quem é quem. Na minha compreensão, é no processo de socialização do homem que se constitui a cultura e, certamente cultura e a sociedade não estão separadas, então sociedades produzem culturas, as representam e as praticam.

E aí temos que pensar o seguinte: o conceito de natureza, por exemplo, é um conceito que expressa formas de conceber a natureza dos diferentes povos, as culturas e sociedades. Para nós isso é muito claro, por exemplo, nós que vivemos numa cultura denominada “cultura ocidental”, que é forjada e dá sustentação ao modo de produção capitalista, temos uma concepção de natureza que é externa ao homem, mesmo que nessa cultura a biologia nos ensine que nós homens (e mulheres) somos seres biológicos e, portanto, seres naturais, nós conceituamos e visualizamos a natureza como algo em separado de nós. Esta é uma construção filosófica que faz sentido, na perspectiva dessa separação, porque é uma concepção importante, no ponto de vista da evolução social do mundo ocidental, que a natureza seja separada do homem. Portanto, são coisas que vocês já devem ter lido e ouvido em vários lugares, que é essa separação foi construída para melhor explorá-la ou dominá-la. Essa natureza é uma natureza concebida como algo externo a nós, constituída por algo que nós da Geografia e da Ecologia chamamos do mundo biótico e abiótico e, como eu já disse, esse mundo exclui o homem ou, por vezes, o inclui, mas o inclui como ser biológico. Em nossa sociedade/cultura vive-se com essa dualidade, onde, ao mesmo tempo que nos reconhecemos enquanto natureza, a concebemos como diferente de nós. Temos exemplos em nosso próprio território, no Brasil temos sociedades como as sociedades indígenas, onde a concepção de cultura é outra. É interessante observar os movimentos sociais na América Latina e a defesa de seus territórios. Nestes movimentos a dimensão da cultura, os sentidos da natureza desses grupos é que está fazendo a diferença no embate político.

No período contemporâneo, mais recentemente, como vem sendo colocada essa discussão? Trouxe alguns exemplos, e achei interessante, como eu trabalharia teoricamente, trazer alguns exemplos da Geografia, da Ecologia, mas na relação com outros campos do conhecimento. A Geografia e Ecologia são duas ciências que praticamente surgiram mais ou menos na mesma época, se tornaram autônomas na mesma época, a Ecologia como ciência da relação dos organismos vivos e o seu meio e a Geografia, também, como ciência da relação, mas da relação sociedade-natureza. Já nos anos 70 há uma evolução da

Ecologia, esta passa a ser entendida como Ecologia Humana e o resgate de compreensão do humano como corpo social e, hoje fala-se de Ecologia Política. E nós da Geografia passamos da relação homem-meio para uma relação mais abrangente que seria a sociedade-natureza.

Para entender a discussão ambiental e o seu vínculo com o território apresento alguns elementos teóricos de outros campos do conhecimento. Trata-se de compreender outras formas de entendimento da questão ambiental. Como um dos exemplos, de concepções atuais, estou trazendo Alier que trabalha com economia política, que na sua dimensão ecológica, vai chamar de “ecologia dos pobres”. Ele evidencia relações sócio - ecológicas, ou seja, ele vai trabalhar o ecológico a partir da dimensão econômica de uma sociedade. Demonstra em seus textos que existem três maneiras de refletir sobre essa questão, e que essas três maneiras estão centradas no discurso de valoração que diferentes segmentos ou atores sociais dão à natureza, então, identifica os seguintes grupos: os que insistem no predomínio do crescimento econômico, na necessidade de aliviar a pobreza, não mediante a redistribuição da renda, mas com o crescimento a todo custo.

Essa valoração da natureza trazida por Alier (2007) está associada ao capitalismo contemporâneo ou, no campo político, ao neoliberalismo. Diz também, que existem aqueles que são mais moderados, que demandam uma valoração das externalidades. Resumindo, é aquela discussão ambiental que também está posta hoje, que busca uma internalização da natureza nos custos econômicos a partir de uma valoração econômica. No processo de produção nunca se atribuiu valor da natureza, para o primeiro grupo não interessa isso, a natureza é dada para nós, para o segundo grupo há o interesse, no contexto capitalista, em utilizar a natureza para produção de mercadorias, então, é necessário valorizá-la, ou seja, internalizar a natureza, mas a partir de um valor estabelecido no processo produtivo. Ou seja, transformá-la, também, em mercadoria.

Essa é uma outra discussão ambiental, e ela está posta para nós, se bebermos água, devemos pagar pela água, e tantas outras coisas que hoje a gente paga, em relação aos usos da natureza. A água é fundamental para a vida humana, então a questão é essa, devemos pagar pela água? Então, a defesa pelo pagamento da água está nesse contexto, dessa valoração, da internalização da natureza a partir do seu valor mercadológico. Por fim, Aliervai dizer, existem aqueles os demais, que sendo pobres e dispendo de pouco poder político, apelam para outras linguagens, no debate ambiental. E essas outras linguagens dizem respeito ao discurso dos direitos humanos, dos direitos de viver nesse lugar, de ter esses recursos para sua sobrevivência. Essa outra dimensão ele vai chamar de “ecologia dos pobres”.

Essa terceira perspectiva revela conflitos e tensões que Alier (2007) expressa através do que conceitua como conflitos ecológicos e econômicos distributivos. Como economista, tratando a questão ambiental, considera que vivemos hoje em circunstâncias onde a maior parte dos problemas ambientais são

conflitos pela apropriação de recursos para o uso ou para sua transformação em mercadoria. Então a ecologia dos pobres que é a ecologia do Alier, vincula-se a uma perspectiva ecológica, reconhecida como economia ecológica. Aqui é importante fazer uma diferença entre a economia ecológica e economia ambiental, por vezes confundimos, mas, o discurso econômico que incorpora a discussão ambiental se apresenta de duas formas. A economia ecológica diz respeito aos direitos humanos aos recursos, aos espaços. Desta forma, Alier ao falar dos conflitos ecológicos distributivos, se refere aos pobres, são estes que estão implicados e são os que mais sofrem nesses conflitos. Assim, na economia ecológica há o reconhecimento de que os grandes problemas ambientais, na maioria dos casos, são conflitos de apropriação e exploração dos recursos naturais, desterritorialização de populações locais.

A outra economia, aquela que diz respeito à valoração da natureza no processo produtivo é a economia ambiental. Então economia ecológica e economia ambiental não são a mesma coisa.

Cabe agora refletir sobre a dimensão geográfica. Penso que, conflitos ecológicos distributivos, não se dão fora do espaço, então quando nos referimos a esses conflitos é possível perceber uma relação intrínseca com o território ou as territorialidades, porque não tem como separar essas instâncias.

Falando em ambiente, conflitos e território falemos um pouco sobre a reflexão de intelectuais latino americanos sobre a questão ambiental. Falo de intelectuais que se reúnem em torno da CLACSO, constituem um grupo significativo de intelectuais latinos que buscam um referencial para a compreensão dos problemas ambientais nesse continente. Esses intelectuais, entre eles Alimonda (2009) e Escobar (2009), vão falar de *colonialidad* (colonialidade) contemporânea, que para eles consiste no seguinte: a América Latina, enquanto continente, foi historicamente expropriada dos seus recursos naturais a partir do processo de colonização portuguesa e espanhola e do extermínio de suas populações originárias. Para este, esse processo não mudou, ou seja, persiste uma *colonialidad*.

Nessa leitura, considerando a colonização da América Latina, a *colonialidad* hoje significa e demonstra que a geopolítica e as políticas econômicas decorrentes das grandes corporações internacionais ainda exploram nossos recursos naturais, num contexto de não-colonização e sim de *colonialidad* porque se faz de outra forma:

*la persistente colonialidad que afecta a la naturaleza latinoamericana, la misma, tanto como realidad biofísica (su flora, su fauna, sus habitantes humanos, la biodiversidad de sus ecosistemas) como su configuración territorial (la dinámica sociocultural que articula significativamente esos ecosistemas y paisajes) aparece ante el pensamiento hegemónico global y ante las élites dominantes de la región como un espacio subalterno, que puede ser explotado, arrasado, reconfigurado, según las necesidades de los regímenes de acumulación vigentes.*

Héctor Alimonda. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana., 2009, p.21. In Héctor Alimondala naturaleza colonizada economía política e Minería en América Latina, Ediciones CICCUS. CLACSO. Colección grupos de Trabajo. 2009.

O que expressa esse pensamento é que, ainda hoje, na América Latina, por isso usam esse conceito de *colonialidad*, nossos recursos, a nossa diversidade e, inclusive, a nossa sociedade, são vistas pelo poder

hegemônico como “subalternos”, e sendo subalternos, podem ser explorados em seus recursos naturais, no campo social, como do trabalho humano, e advogam que, ainda persistimos, com outra roupagem, como uma região ou continente colonizado.

Isto é um pouco do “espírito”, digamos, da discussão feita pelos intelectuais, cientistas sociais latino-americanos em relação à questão ambiental. Há uma outra dimensão a considerar neste debate. O debate entre Escobar e Alier. Alier trata da economia, é economista, e vai falar dos conflitos ecológicos distributivos do ponto de vista econômico, Escobar (2009) a partir de Alier (2007) e vai dizer o seguinte:

*“los conflictos de distribución ecológica” existen en el contexto de diferentes economías, culturas y formas de conocimiento, junto, obviamente, a los ecosistemas.*

*En muchas partes, los grupos locales: se involucran en luchas en contra de las fuerzas translocales de diversos tipos para defender su lugar. No es fácil conceptualizar esta defensa en todas sus dimensiones, y ésta es una parte importante de la historia.*

*... la gente se moviliza en contra de los aspectos destructivos de la globalización desde la perspectiva de lo que ellos han sido y de lo que son en el presente: sujetos históricos de culturas, economías y ecologías particulares; productores particulares de conocimiento; compromiso de individuos y colectividades con el juego de vivir con los paisajes, con los seres vivos y no vivos, y de manera particular entre sí”.*

Escobar, Arturo. Ecología Política de la globalidad y la diferencia p. 66. In la naturaleza colonizada economía política e minería en América Latina, Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección Grupos de Trabajo. 2009.

A discussão que está colocada, e Escobar concorda com Alier, é que existe um problema de exploração e degradação do ambiente, analisada de forma distinta e a partir de uma economia de perspectiva ecológica, mas ao mesmo tempo sugere que não se deva parar por aqui.

Em Alimonda (2009), há uma outra dimensão que deve ser pensada, incorporada nesta perspectiva que é a dimensão da cultura (SVAMPA, 2009), para esta autora os conflitos que Alier chamou de ecológicos distributivos, não são apenas como diz Alier “econômicos-ecológicos”, mas também culturais.

*la ecología política que incorpore sistemáticamente lo económico, lo ecológico y lo cultural, definiendo este campo como el estudio de los conflictos distributivos económicos, ecológicos y culturales. Con esta definición, extendiendo la noción de ecología política propuesta por Joan Martínez Alier al campo de lo cultural”*

Svampa, Maristella. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. 2009, p.43. In la naturaleza colonizada economía política e minería en América Latina, Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección Grupos de Trabajo. 2009.

Reforça essa perspectiva analítica, hoje na América Latina, uma forte tendência de interpretação reconhecida como história ambiental-política, esta leitura, inserida na perspectiva ou lógica da colonialidade vai resgatar o processo de exploração dos países latino americanos, desde a sua colonização antiga, até as formas atuais, como um processo de exploração de recursos, extermínios de populações e degradação da natureza.

Colocados esses elementos, pensando do ponto de vista da Geografia, o que podemos concluir, os conflitos ecológicos distributivos expressam conflitos econômicos, políticos e culturais, obviamente, que na relação com a natureza. Então, conflitos territoriais?

Em muitos lugares em conflito os grupos locais fazem o que? Eles se organizam para a luta dos seus territórios ou das suas territorialidades, através de concepções que dizem respeito à sua vida, à sua necessidade de recursos para viver ou, muitas vezes, para sobreviverem. Mas no embate com as forças hegemônicas, que constituem um poder muito mais expressivo, eles se utilizam de uma outra estratégia, que é uma estratégia que deriva da dimensão cultural, ou seja, é uma estratégia que deriva da concepção que eles têm de natureza, da forma como eles se veem em relação à natureza e, da valoração dessa representação em suas vidas. Por exemplo, se formos avaliar a entrada do grande capital em muitos países da América Latina e a resistência dos indígenas na Colômbia e na Bolívia, eles resgatam como forma de resistência, para não serem expropriados da terra e dos recursos, muitas vezes, sua concepção de natureza. Eles lutam pelo seu território a partir da defesa do que é a *Pachamama*, a natureza, para quem, é a natureza-mãe, uma natureza que lhe fornece útero, que lhe acolhe e dá condição para viver, então, se a natureza é mãe, não se pode “matá-la, sacrificá-la”.

Hoje, em nossa sociedade não se mata só a natureza, “todo mundo mata todo mundo”, é grave, mas do ponto de vista da cultura indígena não se mata (nem se degrada) a mãe natureza. Essa representação ou entendimento sobre natureza, além de ser diferente da concepção vigente em nosso contexto social, é, para indígenas latinos, uma concepção cultural utilizada como estratégia política no embate das questões ambientais e, na defesa de seus territórios.

O quadro elaborado por Escobar (Figura 1) é uma síntese do que estou falando e expressa o que poderia ser a ecologia política da diferença. Este faz uma categorização demonstrando as diferentes construções e direcionamentos teóricos e de ações em disputa, no contexto atual.

**Figura 1.** Uma ecologia política da diferença: conflitos de distribuição econômica, ecológica e cultural.

Contexto/processo histórico	Conceito/problema	Teoria/resposta Acadêmica	Intelectual/projeto Acadêmico	Social/respostas políticas
Capitalismo Global	Distribuição econômica. Negação da diferença econômica	Internalização das externalidades. Economia Ambiental	Desenvolvimento sustentável capitalista	Colonialidade do meio ambiente
Ciência e Tecnologia redirecionadas.	Distribuição ecológica. (Negação dos processos ecológicos)	Relevância da impossibilidade de mediação entre a economia e a ecologia moderna (política, economia e ecologia)	Necessidade de reiterar a economia na sociedade e nos ecossistemas.	Lutas sobre o meio ambiente como fonte de sustento. Preocupação com o meio ambiente dos pobres.
Modernidade/colonialidade. Sistema do mundo moderno colonial	Distribuição cultural (Negação da distribuição cultural)	Relevância da impossibilidade de mediação da economia (moderna) e da pluriculturalidade.	Necessidade de reiterar a economia na sociedade, nos ecossistemas e na cultura	Lutas a partir do lugar pela valorização da diferença econômica, ecológica e cultural. Movimento sociais em

		Ecologia Política, política dos lugares. Políticas de articulação, descolonialidade.		rede. Autonomia, contra – hegemonia. Projetos descoloniais.
--	--	--	--	---

Tradução livre. Fonte: adaptado. “Arturo Escobar. Ecología Política de la globalidad y la diferencia”, 2009, p. 77. In: **La naturaleza colonizada economía política e minería en América Latina**, Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección Grupos de Trabajo. 2009.

A leitura do quadro nos permite perceber, por exemplo, diferentes maneiras de viver, perceber e construir perspectivas ambientais. O autor vai apresentar o contexto e algumas questões que, por sua vez, resultam em reflexões e ações sociais.

Na primeira linha do quadro 1 é indicado que: para o capitalismo global, o que prevalece não é, necessariamente o interesse por uma distribuição econômica igualitária. Com isso, o que o capitalismo quer é negar a desigualdade de distribuição de renda e, ao mesmo tempo, homogeneizar a expansão do capital. No caso da resposta acadêmica, ou seja, qual é a discussão nas universidades e que ações os intelectuais desencadeiam nessa perspectiva? A proposta é aquela que anteriormente se falava, a internalização da natureza, e isso é definido como a economia do meio ambiente ou economia ambiental. E o discurso? Qual é o discurso dos intelectuais e dos projetos políticos? Os discursos associados a essas perspectivas, são os discursos que vão falar do desenvolvimento sustentável, ou “*Desarrollo sostenible*” para os latinos de fala espanhola e, por fim, no campo social, as respostas políticas, nesta proposta, dizem respeito à governabilidade do meio ambiente, à regulação do ambiente e todas aquelas coisas que a gente conhece e estão postas no nosso cotidiano.

A segunda categoria expressa no quadro 1, à segunda perspectiva, está vinculada ao contexto atual de desenvolvimento da tecnologia e das inovações. A concepção qual é? É de prevenir e manter a distribuição ecológica via reconstituição tecnológica da natureza e, ao mesmo tempo, negar a possibilidade de valoração monetária dos processos ecológicos, enquanto processos naturais. O que seria isto? Na verdade, essa proposta do ponto de vista teórico discute a impossibilidade de medir a economia, então é o inverso da outra. Enquanto, no primeiro exemplo, o que se deseja é atribuir valor/preço à natureza, a segunda perspectiva indica a impossibilidade de aferir esse valor. Então, não sendo possível, a proposta é uma economia que ande junto com a ecológica, ou que se utilize da natureza, mas, não necessariamente, valorando-a economicamente, mas, extraindo, digamos, o desejável, o necessário, trabalhando, agindo sobre a natureza “harmoniosamente” no sentido da natureza poder se reconstituir ou ter a capacidade de resiliência, como se fala hoje, reconstituir-se e permanecer para as gerações futuras, e nessa perspectiva é que se estrutura a econômica-ecológica que Alier denomina de “ecologia dos pobres”.

E, por último, a dimensão latina, que é a dimensão da modernidade colonial ou da *colonialid* como é chamada, onde o centro da questão está vinculado à questão cultural e à perspectiva de apropriação desses

territórios por conta dos recursos neles contidos. Então, do ponto de vista teórico, o que é trazido ao debate é a relevância e a impossibilidade da mediação de uma economia moderna e a pluralidade cultural ecológica dos povos, esse é o discurso latino-americano. Nesta perspectiva não tem como compatibilizar essas duas coisas, então, por conta disso, há necessidade de introduzir a economia na sociedade e nos ecossistemas e em suas culturas. O que isso quer dizer? Significa refletir sobre as atuais relações sociais, e abrir espaço para a construção de uma outra sociedade, onde cada povo, cada territorialidade específica tenha autonomia para gerir seus recursos para si e com tecnologia própria, para seu benefício; seria o que está sendo construído como resposta política e social pelas lutas sociais pelo lugar, nas lutas centradas na diferenciação econômica, ecológica e cultural; centrada nos movimentos sociais, nas redes sociais, na autonomia, na contra hegemonia e nos processos de descolonização.

Percebe-se a partir dessa breve leitura que a discussão sobre a questão ambiental envolve diferentes concepções e, talvez você pense “convidamos essa professora lá do RS para falar essas coisas?”, no meu ponto de vista, enquanto geógrafa, nós da Geografia devemos fazer esse exercício de refletir sobre qual “ambiente” estamos falando, ou a partir de onde estamos falando, fazemos pesquisa como, para quê? E para quem? Nesse sentido, então, essas dimensões dão um pouco da clareza do que está posto e que, às vezes, não nos damos conta. Tomemos um exemplo, o conceito de “desenvolvimento sustentável”, praticamente “todo o mundo usa”, em todos os projetos exige-se, em sua construção, trabalhar com a perspectiva de desenvolvimento sustentável! Se eu vou trabalhar assim, mesmo, a minha vinculação teórica e política está dentro de um contexto. Então essas são essas questões importantes, acho que devemos ter um pouco de precisão na escrita e na fala.

De tudo isso, o que eu estou querendo trazer para vocês, é que para se discutir hoje ambiente, território é preciso reconhecer uma outra dimensão envolvida nos conflitos ambientais a dimensão cultural. Já nos anos 1970, Moscovici (2007), um dos primeiros defensores e envolvidos no movimento ecológico, num debate que teve com um antropólogo que conhecia em parte a sociedade indígena na América Latina, dizia referindo-se à questão do “ecocídio”, que: toda natureza é acompanhada por uma destruição da cultura, todo ecocídio é, por certo aspecto, um etnocídio. Então, Moscovici (se dá conta de que ao se defender a natureza, não se defendia as pessoas que viviam em determinados território ou territorialidades, então, destruíam-se a natureza e, ao mesmo tempo, destruíam-se grupos humanos, dos quais a nossa experiência brasileira é muito grande, como é o caso da Amazônia. Na Amazônia, ou mesmo em outros espaços do território brasileiro quando se destrói a floresta, não se destrói só a natureza, se desconstrói todo um modo de viver de indígenas, ribeirinhos, extrativistas. Este processo é, também, como se refere Moscovici (2007) um etnocídio.

Trago este exemplo para a gente adentrar um pouco na questão do território e territorialidades. Por que é importante agregar cultura na questão do ambiente e das questões territoriais? Escobar (2009) defende esta proposição, num contexto latino-americano:

*Hay un valor agregado al incluir lo cultural, la neutralización de la tendencia que se atribuye a la importancia predeterminada de la economía o de la ecología, dependiendo del gusto del investigador. En otras palabras, las crisis económicas son crisis ecológicas y crisis culturales. Es importante no separar estas tres áreas, y dejar que se compenetren entre ellas.*

Arturo Escobar, *Ecología Política de la globalidad y la diferencia* 2009. p.75. In *la naturaleza colonizada economía política e minería en América Latina*, Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección Grupos de Trabajo. 2009.

Nesta referência Escobar introduz na análise ambiental a cultura, e neutraliza o debate, entre economia e ecologia (como degradação da natureza), demonstra que há outras dimensões a serem consideradas, como a cultura, por exemplo.

Do ponto de vista da Geografia, pergunto, essas formas de expressar o ambiental tratam-se de conflitos entre diferentes processos de territorialização, ou seja, representam processo territoriais na escala da nação e processos territoriais na escala dos lugares, em conflito? No fundo sim, são conflitos que envolvem poder em relação ao uso dos recursos naturais. A forma como se dá o embate do poder, muitas vezes, é diferenciada ou quase sempre diferenciada, dependendo das estratégias, mas são embates pelo poder, então expressam o político – territórios em conflito.

No campo da Geografia e particularmente nas minhas leituras, os conflitos ambientais - então voltando ao título inicial - são, sobretudo, conflitos políticos, por apropriação ou por exploração da natureza que se revelam em processos de territorialização. Do meu ponto de vista, agora trata-se de pensar o ambiente no contexto do território, de territórios nacionais, se eu vou trabalhar na escala da nação ou em territorialidades quando reivindico territorialidades originárias, locais, é uma escolha. Como já falei, as lutas são desiguais, uns lutam pela exploração do recurso como mercadoria, outros lutam pelo uso do recurso pela sua sobrevivência.

Alguns exemplos auxiliam, talvez, a compreender o que foi dito, são exemplos de orientandos meus que trabalham nesta ótica. Um dos exemplos é o processo de territorialização ocorrido no RS, analisado por Morelli (2011), em sua tese de doutorado. Este evidenciou disputas territoriais. De um lado as grandes corporações de produção de celulose, os empresários da silvicultura, de produção de espécies exóticas que promoveram, em escala estadual, conflito pela terra, conflito pelo uso dos recursos de forma significativa. Esse processo de apropriação do território no estado gaúcho através do que é denominado culturas arbóreas desencadeou uma série de problemas, conflitos políticos associados à discussão ambiental. Assim, vivenciou-se o embate entre os que defendiam a necessidade de manter os Pampas como bioma específico, com suas

características e qualidades específicas; e os que defendiam a valoração do espaço pela produção da silvicultura. Portanto, para o desenvolvimento econômico do Estado, quem ganhou? Ganhou a silvicultura.

Um outro exemplo, aqui numa outra escala, diz respeito à pesquisa de De Paula (2013), que trabalha com a demarcação de territórios pesqueiros/territorialidades, relativa aos pescadores no lago Guaíba-pescadores internos e do entorno ao lago. O exemplo tem a intenção de chamar atenção de como nós, geógrafos, podemos pensar o trabalho ambiental. Nesse caso De Paula, trabalha em um espaço, um ambiente onde, na percepção dos pescadores, as condições são péssimas, porque o lago Guaíba, o rio Guaíba, estão poluídos, isto já é dado, o rio já está poluído, já tem uma série de investigações neste sentido. Levantamentos técnicos indicam os diferentes setores onde, em maior ou menor proporção, o rio está poluído. A pesquisa acima referida investiga a dimensão ambiental, De Paula busca estabelecer as territorialidades. Demarca três territórios pesqueiros ao longo da bacia do Guaíba. Nesta territorialização, demonstra que os problemas ambientais do lago, que são reais e reconhecidos pelos pescadores, estão promovendo conflito não só dos pescadores com o poder municipal, estadual ou outros sujeitos sociais, mas entre eles mesmos, em função da busca de outras territorialidades de pesca. O mapeamento elaborado expressa os territórios de pesca, indica um certo limite territorial entre eles e explicita os conflitos entre esses pescadores, a partir da escassez do recurso da pesca que estão enfrentando. O autor trabalhou junto aos pescadores envolvidos o fórum de pescadores do Delta do Jacuí. O objetivo era pensar a gestão de territórios em conflito na área de estudo. É um exemplo de discussão ambiental, que eu digo que se faz às avessas do que é posto, normalmente, como problemática ambiental (a degradação da natureza), não procura avaliar quais são impactos da sociedade em relação à natureza, mas, como os impactos sobre os recursos naturais, no caso a água, afetam as comunidades, especialmente, as tradicionais, que dependem desses recursos diretamente, para sua existência.

Um terceiro exemplo, também, refere-se a uma análise teórica sobre a obra do Josué de Castro. Em sua tese Fontana (2014) deseja avaliar a fome na sua dimensão ambiental. A partir da leitura exaustiva da obra de Castro, conclui Fontana, a obra de Josué de Castro revela que a fome também pode ser entendida como ambiental, na medida em que a degradação dos recursos locais, as grandes propriedades, a exploração do trabalho, configuram um meio ambiente perverso aos trabalhadores, um ambiente de escassez, portanto, de fome, seja por falta de alimentos e, especialmente subnutrição. Josué de Castro, se refere a isto quando escreve sobre a marca da transformação da Zona da Mata em zona de produção de açúcar através das grandes propriedades. Refere-se às condições de trabalho, às condições de ambiente e tudo que foi perdido em termos ecológicos e como consequência de tudo isto, da maneira como os trabalhadores de cana trabalham, da maneira como se alimentarem, decorre sua subnutrição! Então, sobre esta perspectiva, o ambiental não é mais exclusivamente natureza. É todo um contexto que não só promove a

degradação da natureza ou sua transfiguração, mas promove, sobretudo - e é isto que estou querendo trazer para gente discutir enquanto geógrafo – um problema social, ou é a fome, ou a falta de recurso à existência, ou a expropriação do território. É deste ponto de vista, é nesta ótica que a Geografia, em meu entendimento, deveria abordar a questão ambiental.

Estes exemplos, que apresento aqui, expressam a compreensão atual, que tento desenvolver em conjunto com alguns de meus orientandos, ou seja, não tratamos o ambiente, exclusivamente, como impactos na natureza, os últimos trabalhos orientados têm sido nesta ótica. O trabalho da Sínthia Batista da UFMT, é um outro exemplo, a autora trabalhou com mapeamento comunitário no assentamento Roseli Nunes/MT. Este mapeamento revelou conflitos (ditos ambientais), mas que são, também, conflitos territoriais, portanto políticos. Esse assentamento localiza-se numa região cuja estrutura geológica em uma de suas porções é de calcário. Parte dos assentados tem suas propriedades em áreas cujo substrato é o calcário e, por consequência, tem dificuldade de obterem água ou, se obtém água é “salobra”, e isso é um problema sério. Este é um problema no assentamento constitui um foco de tensão entre os assentados, que também, se revela em outras instâncias de poder, como o município e ou o estado.

Nesse mesmo assentamento existem grutas nas estruturas de calcário, grutas pouco conhecidas, entretanto, uma delas, já conhecida foi apropriada pelo poder municipal como uma área a ser destinada ao turismo, mesmo que uma parcela dessa gruta se situe no interior do assentamento. Neste local já foi implantado uma pequena infraestrutura para o turismo, essa ação, também, se configura como problema ambiental. Podemos interpretar este ato como uma apropriação de feições naturais. A presença de caverna como fonte de exploração turística, como recurso, então, promove conflitos entre o poder público e os assentados em relação ao valor atribuído a essa feição. Trata-se de transformar uma feição natural (uma gruta) em valor mercadológico, gerador de conflito com as comunidades locais.

Belo Monte, é outro exemplo, todos vocês acompanharam a problemática relativa à sua construção, ou melhor, os conflitos gerados pela construção desta usina hidrelétrica. Conflitos que dizem respeito às políticas nacionais, às políticas brasileiras em relação à produção de energia e de desenvolvimento das grandes hidrelétricas e, as comunidades ou populações locais, sobretudo, no caso de Belo Monte, populações indígenas, ribeirinhos, entre tantos outros. Estes se revelam como tensões territoriais, conflitos que expressam aquilo falava antes: concepção de natureza e atribuição de valor divergentes, uso do recurso e significado do lugar contraditórios. Altamira, não deixa de sofrer os impactos de Belo Monte, que diz respeito a porções alagadas e necessidade de remoção de populações ribeirinhas. Stropper (2014), analisa esses conflitos em sua tese em relação ao papel das ONGs, que, em Belo Monte, também, expressaram conflitos de entendimento na intervenção.

São muitos os exemplos, falemos da transposição do rio São Francisco, Franklyn Barbosa (2013) faz sua tese sobre esse tema. Expressa nesta pesquisa, uma série de conflitos, alguns latentes, inclusive, que se desencadearão no momento que a água for escoada pelos canais, mas sempre conflitos, de dimensões diversas. Em geral, tem-se como imagem a destruição da caatinga colocada abaixo para a realização dos canais. Vale lembrar as implicações da transposição segundo Ab'Saber em relação aos vazanteiros. Quero dizer que, com o exemplo de desconstrução da prática agrícola em áreas de várzea, a qual se refere AB'SABER, como geógrafo e professor, este promovia uma discussão ambiental que não se restringia à natureza, mas, se preocupava, fundamentalmente, com os moradores locais, moradores regionais. Preocupava-se sobretudo com a população que vivia no ambiente e que ao sofrer uma intervenção de grande porte, teria consequências.

Vamos mudar um pouco de escala, agora falemos de América Latina. Como no início de minha fala assumi um debate a partir de intelectuais latino americanos, é fundamental dizer que para esses autores os conflitos ambientais na América Latina são investigados a partir da presença de grandes investimentos de capital. Diante disto procurei buscar informações para entender um pouco melhor essas questões, em escala continental. Em síntese pode-se dizer que a América Latina vive hoje, conflitos, ambientais de dimensões territoriais e, nestes conflitos, é destacado o papel promovido pela China. Os embates territoriais e ambientais têm a ver com a exploração dos recursos de nosso continente, pelas corporações internacionais. Cabe destacar, que de 2002 para cá a China é o grande Estado, com políticas de apropriação dos recursos de praticamente toda a América Latina.

Treze países ainda não fizeram parcerias de exploração de recursos minerais e energia com a China. Os dados levantados indicam que a explosão das exportações latino-americanas a partir de 2002 se concentram nos recursos energéticos e minerais, em contrapartida as importações vindas da China estão concentradas em produtos manufaturados. Só isso mostra uma expropriação muito grande dos recursos naturais, não só do Brasil como da América Latina como um todo, esta exploração traz significativos problemas ambientais e sociais para as populações latinas, nos mais diferentes locais.

Os investimentos da China, ou o que eles [os chineses] exploram? Praticamente produtos minerais, metais e energia. A participação, nas exportações, dos produtos minerais da América Latina é significativa: Chile 63%, Peru 56%, Bolívia 71%, Venezuela 91% e Equador 60%. O que é interessante é que os teóricos da *colonialidad* sejam colombianos, bolivianos ou chilenos, bem demonstram a problemática da mineração em seus territórios. Todos esses investimentos trarão, ou, já trouxeram debates sobre as questões ambientais e territoriais.

*En primer lugar, a qué tipo de minería hacemos referencia cuando hablamos de nueva minería o minería a gran escala. Aún si las consecuencias económicas pueden ser homologadas, lejos estamos de aquella minería de socavón, propia de épocas anteriores, cuando los metales aflúan en*

*grandes vetas, desde el fondo de las galerías subterráneas. Pocos países, entre ellos, Bolivia, conservan una minería tradicional, de socavón, fundamentalmente basada en el estaño.*

Maristella Svampa. La Naturaleza colonizada 2009. p.197. Héctor Alimonda. La colonialidad de la naturaleza. In Héctor Alimonda la naturaleza colonizada economía política e minería en America Latina, Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección grupos de Trabajo. 2009.

Maristela Svampa (2009) questiona exatamente isso, esses problemas ambientais, além de serem promovidos por grandes investimentos, também, vêm das novas tecnologias: enquanto alguns países se mantiveram com exploração de minério por “socavón”, que é algo mais tradicional; outros países, exploram aderindo ao modo “migs”, que é exploração em grande escala e com uma deterioração ambiental muito grande. Atribui à autora, a mineração em grande escala a causa dos grandes conflitos territoriais e ambientais vividos pelas populações locais.

E para terminar, vou fazer rapidamente uma leitura da relação dos governos latino-americanos com as empresas chinesas no que se refere às suas obrigações em mitigar, adequadamente, os impactos negativos do comércio externo e dos investimentos durante o recente *boom*. À medida em que as economias regionais desaceleram, cria-se uma maior pressão no sentido de aliviar proteções socioambientais em nome da agilização de novos projetos de investimento, concebidos para compensar as insuficiências. Nós estamos vivendo isso: as desregulações socioambientais, mudança na regulação da mineração, uma série de questões que não acontece só no Brasil, o que acontece nos países latino-americanos é muito semelhante ao que acontece conosco. Este processo é exatamente para permitir a entrada do capital internacional, como exemplo da China, na exploração da mineração.

As autoridades governamentais peruanas têm efetivamente parado de exigir a consulta às comunidades indígenas antes da implantação de qualquer projeto de mineração, além de reduzir o prazo máximo permitido para a elaboração de avaliações de impacto ambiental e social.

No Brasil, a famosa ‘bancada ruralista’, que representa poderosos interesses agrícolas, tem enfraquecido, fortemente, os esforços mais recentes de combate ao desmatamento no país. A questão do novo Código Florestal passa por aí. A questão da bancada ruralista desregulando tudo que já foi regulado, para fins da expansão da agricultura comercial, são ações políticas que demonstram que, a questão ambiental é uma questão política, é uma questão territorial, de fragilização de territorialidade locais e que tenderá a ser aumentada, embora o discurso ambiental, contraditoriamente, tenha uma perspectiva de oposição a esse poder.

A Bolívia chegou perto de aprovar uma nova legislação para o setor de mineração, que teria eliminado a prerrogativa do Ministério do Meio Ambiente de participar na aprovação de novos projetos de mineração. As entidades da sociedade civil boliviana conseguiram evitar a aprovação.

No Rio Grande do Sul o mesmo caso, a expansão da silvicultura levou ao embate no âmbito civil, não foi aceito o mapa de zoneamento da silvicultura pela FEPAM, órgão responsável pela regulação ambiental do estado.

E para terminar, eu diria que, de certa forma, era isso que queria colocar para vocês não sei se consegui ser clara, mas do ponto de vista da Geografia acho que a gente tem que ampliar a discussão ambiental, para além da análise, comumente elaborada, como uma degradação produzida pelo homem enquanto ser genético e biológico sobre a natureza, indicando os desgastes da natureza, mas, pensar que, as relações são mais amplas que isso, são relações econômicas, políticas e, segundo os colegas da América Latina, com os quais concordamos, também culturais.

Termino com uma proposta de debate com os meus colegas da Geografia Cultural. A dimensão cultural está presente, assim como a economia e a política na análise ambiental. Em minha leitura, ela está presente a partir da valoração da identidade, mas a valoração da identidade, no embate ambiental, assume, como também sob outras perspectivas o político. Ou seja, o embate em curso diz respeito à valorização das identidades, dos lugares como estratégia de manutenção da vida, dos recursos, do território, da autonomia em relação ao que é posto como hegemônico.

Enfim, entendo que a questão ambiental é uma questão territorial é uma expressão da política e de suas ações nos diferentes lugares. Escobar (2009), fala dos embates dos diferentes grupos indígenas em relação aos grandes empreendimentos, fala do lugar, que é um conceito muito expressivo na Geografia Cultural. Compreende que podemos refletir a partir do lugar enquanto identidade, e utilizar essa força, no confronto com as forças globais. Para o autor é a resistência do lugar - como provindo da identidade cultural, que permite pensar a resistência.

Pensando nas possibilidades de interpretação na Geografia, considero que o conceito de territorialidade ou de território são aqueles que melhor expressam e dimensionam a problemática ambiental, posto que envolve o político, o econômico, o cultural e a natureza, sem os quais não se compreende a totalidade.

## REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. Conflitos Ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 379p.

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana., 2009, p. 21. In: ALIMONDA, HÉCTOR. **La naturaleza colonizada** economia política e minería en America Latina, Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección grupos de Trabajo. 2009.

BARBOSA, F. de B. Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do Rio São Francisco. Paraíba (eixo leste). 2013, p.256. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Porto Alegre, 2013.



Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 17, n. 3, p. 128-144, Dez. 2015, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 ©1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

- BATISTA, S. C. Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações. 2014, 512 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- DE PAULA, C. Q. Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal: Fórum Delta do Jacuí (RS). 2013, 129 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ESCOBAR, A. Ecología Política de la globalidad y la diferencia. 2009, p. 77. In ALIMONDA, HÉCTOR. **La naturaleza colonizada** economia política e mineria en America Latina, Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección Grupos de Trabajo. 2009.
- FONTANA, C. Fome e questão ambiental: uma leitura a partir da obra de Josué de Castro. 2014, 213 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- MORELLI L. A. A Monopolização do Território na Metade Sul do Rio Grande do Sul. 2011. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MUSCOVICI, S. **Natureza**. Para Pensar a Ecologia. Rio de Janeiro. Editora Mauad, 2007.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo Razão e Emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- STROPPER, M. T. D. Inflexão das ONGs ambientalistas após 1990: um estudo sobre a atuação das ONGs no caso da Usina Hidrelétrica Belo Monte, 2014, 210 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- SVAMPA.M. La Naturaleza colonizada 2009. p.197. Héctor Alimonda. La colonialidad de la naturaleza. In ALIMONDA, HÉCTOR. **La naturaleza colonizada** economia política e mineria en America Latina, Ediciones CICCUS, CLACSO. Colección grupos de Trabajo. 2009.